

Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXVI - Nº 192 - Março/2015

www.sinprodf.org.br

CATEGORIA VAI À LUTA EM DEFESA DO PLANO DE CARREIRA

EM 9 DE ABRIL, PROFESSORES(CAS)
DEFINEM RUMOS DO MOVIMENTO

3

DEFENDER A PETROBRAS É
DEFENDER A EDUCAÇÃO

10

SANÇÃO DO FEMINICÍDIO MARCA
AVANÇO NA HISTÓRIA DAS MULHERES

11

SINPRO COMEMORA 36 ANOS DE
LUTAS E CONQUISTAS

12

Expediente

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
 Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
 Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
 Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
 Telefax: 3388-5144
 Site: www.sinprodf.org.br
 e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Revisão: José Antônio de Oliveira
Diagramação e capa: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 37.000 exemplares
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
 Carlos Cirane - Coordenador
 Cláudia Bullos
 Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
 Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora
 Francisco Raimundo (Chicão)
 Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
 Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
 Elaine Amâncio Ribeiro
 Wjairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
 Dimas Rocha - Coordenador
 Ison Veloso Bernardo
 Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
 Eliceuda Silva França - Coordenadora
 Neliane Maria da Cunha
 Vilmaria Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
 Rosilene Corrêa - Coordenadora
 Luiz Alberto Gomes Miguel
 Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
 Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
 Magneete Barbosa Guimarães
 Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
 Cláudio Antunes Correia - Coordenador
 Cleber Ribeiro Soares
 Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
 Wiviane Farkas - Coordenadora
 Julcimeire Barbosa (Meire)
 Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
 Maria José Correia Muniz - Coordenadora
 Manoel Alves da Silva Filho
 Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
 Julio Barros - Coordenador
 Luciana Custódio
 Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
 Berenice D'Arc Jacinto - Coordenadora
 Fernando Reis
 Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
 Gabriel Magno - Coordenador
 Iolanda Rodrigues Rocha
 Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
 Gardênia Lopes dos Santos
 Maria Cristina Sant'ana Cardoso
 Jailson Pereira Sousa
 Marcos Alves Pires
 Regina Márcia de Assis Santos



LUTAMOS MUITO POR ISSO!

No dia 9 de abril, os(as) professores(as) da rede pública do Distrito Federal (DF) vão se reunir em assembleia, na Praça do Buriti, às 9h30, para definir os rumos do movimento. Em estado de mobilização, eles(as) querem garantir o cumprimento do plano de carreira, ameaçado pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

A categoria não permitirá que ocorra no DF o que houve em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, onde a carreira foi destruída para dar lugar à agenda neoliberal. Um dos procedimentos dos governos para executar o choque de gestão é a cassação de direitos trabalhistas com a desconstrução dos planos de carreira de servidores(as) públicos(as).

Com governos assim, políticas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), perdem sua validade. Esse tipo de gestão

não traz para a realidade local os benefícios previstos no PNE, como a Meta 17, que prevê a valorização da carreira no país. O novo governo do DF tem adotado esse tipo de gestão e iniciou seu mandato ignorando a luta pelo plano de carreira em curso, resultado da greve de 52 dias, em 2012, e provocando o Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT) para ingressar com uma ADI contra esse direito.

Mas a categoria foi à luta. Entramos com uma petição “amicus curiae” e fomos aceitos na ação do MPDFT. A luta pela garantia de direitos, contudo, começou em 2014 por pagamentos não creditados. O GDF não pagou acertos relativos à licença-prêmio dos(as) professores(as) que se aposentaram em agosto e setembro. Em dezembro e janeiro, a luta foi pelos atrasados. Em fevereiro, o GDF recuou da

investida de reduzir direitos por pressão da categoria. Mas a predisposição para isso dá o tom dos desafios. No retorno das férias, a categoria veio para brigar pelo 13º dos aniversariantes de dezembro, das diferenças de 13º salário do reajuste do plano de carreira dos aniversariantes de janeiro a agosto, da rescisão de contrato temporário e outros.

Mesmo de férias, em janeiro deste ano, ela mostrou sua força. Realizou várias manifestações. O GDF, contudo, manteve os direitos trancados nos seus cofres. Na do dia 27 de fevereiro, data da assembleia que suspendeu a paralisação de uma semana, o governo teve de assinar documento com sete compromissos. No sétimo, ele declara que “não encaminhou, e nem encaminhará, proposta de restrição de direitos dos trabalhadores”.

Não aceitamos retrocessos e nem subtração de conquistas.

Não aceitamos a política neoliberal de criar factoides, como esse de que não há dinheiro nos cofres públicos para pagar servidores(as), para suspender debates centrais que buscam avançar direitos e envolver a categoria na luta por prejuízos financeiros.

Estamos em campanha em outdoors e outros meios de comunicação demonstrando que, com esse gesto, o GDF irá prejudicar financeiramente e desqualificar pedagogicamente a educação pública. Não aceitaremos a precarização das condições de trabalho com a perda de direitos trabalhistas e muito menos a privatização da educação pública. Queremos o cumprimento do plano de carreira e discutir a pauta de reivindicações. Queremos avanços. A categoria sabe da importância do seu plano de carreira e irá defendê-lo.

Lutamos muito por isso!



CATEGORIA RETORNA ÀS AULAS MOBILIZADA PARA ASSEMBLEIA DE ABRIL

PROFESSORES(CAS) AGUARDAM A MATERIALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS QUE O GDF ASSUMIU NO DIA 27 DE FEVEREIRO E A QUINTA PARCELA DO REAJUSTE DO PLANO DE CARREIRA PARA DECIDIR RUMOS

A decisão que suspendeu a paralisação ocorrida entre 23 e 27 de fevereiro contou com a adesão de 95% das escolas públicas está em curso. Apesar de ter retornado às salas de aula com o prejuízo imposto pelo Governo do Distrito Federal (GDF) de pagar os atrasados até o dia 30 de abril, a categoria decidiu aguardar o quinto dia útil de abril para ver se o governo irá creditar a quinta parcela do reajuste salarial previsto no plano de carreira para retomar a luta. Na

assembleia geral de 9 de abril, a categoria poderá deflagrar uma greve geral por tempo indeterminado caso o GDF não pague a quinta parcela do reajuste do plano de carreira.

A Secretaria de Educação (SEDF) registrou a força da categoria docente. Informou que 95% das escolas aderiram ao movimento. “A paralisação mostrou ao governo Rollemberg o nosso poder. Essa é uma das nossas principais características: a categoria não foge à luta como nunca fugiu”, observa Cleber Soares, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Avanços conquistados

Soares atribui a essa característica uma das mais importantes vitórias dos últimos anos: a Lei nº 5.105/2013: o plano de carreira. Ele começou a ser construído em 2011, mas somente em 2012, após 52 dias de greve, sua conquista foi materializada.

“Sem dúvida é o melhor plano de carreira e um dos melhores do magistério público do país porque avançou em muitos direitos e atendeu à reivindicação histórica de reduzir o número de gratificações”, assegura

o diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

A Lei nº 4.075/2007 incorporou a GIC, uma parte da Tidem e da GRC. E a Lei nº 5.105/13 incorporou o restante da Tidem e o reajuste que havia sido concedido aos(as) servidores (as) públicos(as) federais, parcelado em seis vezes.

As quatro primeiras parcelas desse reajuste salarial foram pagas normalmente em março e setembro de 2013 e 2014. Em 2015, deverão ser pagas a quinta, no salário de março, e a sexta parcela, no pagamento de setembro.

CATEGORIA DEFENDE A INTEGRALIZAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

“A categoria quer a integralização do plano de carreira”, afirma o diretor Cleber Soares. “O plano está sendo questionado por um governador que, na época da greve, era senador e apoiou a incorporação da Tidem e a garantia de reajustes acima da inflação”, lembra.

Os 52 dias de greve garantiram avanços na tabela

e na organização da carreira. Fixou concurso anual de remanejamento e lotação, garantiu ampliação do tempo para coordenação pedagógica e outros. Antes da jornada ampliada, a coordenação pedagógica era de 20% e havia um dia de folga por mês. Isso sobrecarregava o(a) docente que pegava turma de manhã e de tarde.

Sinais do choque de gestão

A diretoria do Sinpro diz que o governo iniciou o mandato com ataques às conquistas: reduziu o número de coordenadores, modificou a portaria de distribuição de turmas, adotou um calendário sem consultar a comunidade escolar.

Cleber diz que, com isso, o GDF aponta uma única

saída: ou a categoria vai à luta ou verá os direitos serem retirados um a um. “Reconquistar o que foi tirado é muito mais desgastante. Abrimos mão de avançar para reconquistar o que era consolidado. A pauta imposta é esta: diz que não haverá avanços e, se quisermos algo, teremos de brigar só pelo que já temos”, alerta.

CHOQUE DE GESTÃO

Paraná

Greve de 29 dias por falta de condições estruturais e contra a retirada de direitos. Governo atrasou pagamento dos(as) temporários(as), reduziu número de funcionários(as), fechou turmas, superlotou turmas abertas, cancelou programas de aperfeiçoamento, não pagou férias e deixou faltar itens básicos.

Minas Gerais

De 2002 a 2014, o governo congelou a carreira, efetivou sem concurso público mais de 90 mil docentes, que foram demitidos a pedido do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve adoção da política de bonificação (meritocracia).

São Paulo

O Estado de São Paulo criou bolsões de pagamento de salários maiores para parcelas muito pequenas de professores. Reestruturou a carreira juntando gratificações para cumprir a lei do piso e, hoje, há um salário muito baixo na ativa e, na aposentadoria, é ainda menor: quase metade de quem inicia carreira em Brasília. A categoria entrou em greve dia 13 de março.

Choque de gestão

A diferença salarial entre os estados é gritante por causa da política de choque de gestão aplicada nos últimos anos. São Paulo, Paraná e Minas são o retrato da política que está sendo adotada no DF.

LUTA DOS(A) PROFESSORES(A) APOSENTADOS(A) GARANTE VITÓRIAS

ATOS, VIGÍLIAS E MANIFESTAÇÕES FEITOS NOS ÚLTIMOS CINCO MESES RESULTARAM NO PAGAMENTO DE ACERTOS FINANCEIROS PARA OS(A) APOSENTADOS(A)

Os últimos meses foram de muita luta e também de muitas conquistas para os professores e professoras aposentados(as). Desde outubro, vários atos públicos, manifestações, vigílias e ações foram organizados pela categoria, resultando no pagamento de vários acertos financeiros pelo Governo do Distrito Federal.

Para a coordenadora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro, Isabel Portugal, todas estas vitórias são fruto da luta de todos e todas. “Foi a luta e a organização de todos e todas que garantiram estas vitórias para todos os aposentados e todas as aposentadas. Nossa presença foi fundamental para que nossos direitos fossem respeitados. Mais uma vez a luta garantiu a vitória”, salientou Isabel. Confira a seguir um pouco do histórico de luta dos(as) aposentados(as).



Diretora Isabel Portugal em reunião, na frente do Anexo do Palácio do Buriti com os(as) aposentados(as)

GDF descumpra lei e prejudica aposentados

Dia 21 de outubro professores e professoras que se aposentaram em agosto e setembro realizaram uma mobilização reivindicando o pagamento da pecúnia das licenças-prêmio não gozadas pelos servidores da Educação. Conforme a Lei Complementar nº 840/2011, os servidores públicos do DF que se aposentarem sem ter usufruído do gozo da licença prêmio farão jus à percepção do valor pecuniário, no ato da aposentadoria.

Ato público pelo acerto

financeiro dos aposentados
Após novo descumprimento do GDF em efetuar o

pagamento dos aposentados, a resposta para o desrespeito do governo foi um grande Ato Público no dia 18 de novembro, na Praça do Buriti.

Manifestação na Praça do Buriti

Professores que se aposentaram em setembro e outubro e não receberam o acerto financeiro participaram de uma manifestação em frente ao Palácio do Buriti, no dia 20 de novembro. Uma comissão formada por dois professores da base e representantes do Sinpro se reuniram com três membros da Secretaria de Governo. Como o governo não entrou em contato com o

Sindicato, novas mobilizações foram realizadas.

Sinpro se reúne na CLDF e cobra valor dos aposentados

Dia 25 de novembro a Comissão de Negociação do Sinpro esteve mais uma vez na Câmara Legislativa, acompanhada por representantes dos professores aposentados, cobrando o valor devido das aposentadorias destes trabalhadores.

Ocupação da Secretaria de Administração

Dia 15 de dezembro um grupo formado por diretores do Sinpro e por professores aposentados ocupou o

gabinete do secretário de Administração, Wilmar Lacerda. A reivindicação era para que os professores que se aposentaram em agosto, setembro e outubro recebessem o acerto referente ao pagamento de licença-prêmio. O GDF firmou acordo com o Sinpro e assinou documento para pagar os valores devidos até 19 de dezembro.

Vigília garante pagamento de acertos financeiros

Mais um capítulo da luta dos professores aposentados foi escrito no dia 19 de dezembro, no anexo do Palácio do Buriti. Após vários dias de vigília, o então

secretário de Administração, Wilmar Lacerda, confirmou que o GDF pagaria os acertos financeiros das aposentadorias recentes.

Luta para 2015

O ano de 2015 será de muita luta para os professores aposentados. Em reunião realizada no dia 3 de fevereiro, a organização dos professores aposentados organizou o calendário de enfrentamentos que a categoria terá este ano. “2015 será um ano em que se necessitará da participação de cada aposentado em defesa dos nossos direitos”, disse a coordenadora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados, Isabel Portugal.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA EM RISCO

SINDICATOS E CUT BRASÍLIA REAGEM À AÇÃO DO MPDFT E INGRESSAM COM PETIÇÃO "AMICUS CURIAE"

O Ministério Público do DF (MPDFT) ingressou, em fevereiro, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para barrar a reestruturação de carreiras do serviço público do DF. O movimento sindical reagiu e ingressou com petição como "Amicus curiae" para ter poder intervir no processo do GDF. O presidente da CUT Brasília, Rodrigo Brito, e representantes do Sinpro, Sindsep, Sindser e Sindprev-DF protocolaram petições individuais no dia 6 de março.

"Há conflito de interesse entre o GDF e os(as) servidores(as). Enquanto queremos preservar os direitos conquistados, o governo usa seu poder para retirar avanços que promovem a valorização do servidor e do serviço público. Atuaremos de forma firme, organizada com a solidariedade de classe. Não

vamos abrir mão do que é nosso", garantiu o presidente da CUT Brasília.

O desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, relator da ADI, recebeu as lideranças sindicais e admitiu o ingresso dos sindicatos na ação. Ele disse que deferiu o pedido porque considera a situação grave e acha necessário o contraponto ao GDF.

Problemas – Caso a ADI tenha sequência, 33 leis se tornarão sem efeito, atingindo cerca de 100 mil pessoas. O MP alegou haver vícios que contaminam as normas ao conceder reajuste de vencimentos e gratificações, além de outras vantagens remuneratórias, sem autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O fato é que essas leis não foram aprovadas de uma hora para outra e, no caso do magistério, são consequência da luta do Sinpro e dos(as) professores(as), e dos 52 dias de greve, em 2012.

Aprovadas em 2013, as leis foram elaboradas com base em estudos técnicos, jurídicos e econômicos e estão sendo cumpridas desde então. Por que descumpri-las neste momento? E por que só agora, passados dois anos, o MP resolveu se manifestar?

No caso dos professores, a Lei nº 5.103 modifica o texto da LDO e fundamenta a Reestruturação da Carreira do Magistério (Lei nº 5.105/2013). Ambas votadas na Câmara Legislativa no mesmo dia e publicadas no Diário Oficial do DF (DODF) também no mesmo dia.

A atitude do MP desestrutura as carreiras. Não é apenas uma questão salarial. A reestruturação traz outros benefícios como, por exemplo, a formação. Ao reestruturar as carreiras e contratar via concurso mais de 30 mil novos servidores nos últimos 4 anos, as leis reafirmaram a opção correta em reforçar a atuação do Estado.

A VERDADE DOS FATOS

O MPDFT apresentou três argumentos para impugnar as leis de reajuste salarial e usa as mesmas justificativas do GDF. O problema é que todas as alegações são infundadas. Confira:

1) Alegam ausência de autorização na LDO de 2015.
A Verdade

As leis impugnadas pelo MPDFT/GDF são todas de 2013 e, portanto, a autorização para que elas fossem editadas, até por uma impossibilidade cronológica, não pode estar na LDO para 2015.

A LDO para 2013 (Lei nº 4.895/2012) adéqua a reestruturação de carreira à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Anexo IV da Lei nº 5.172/2013 traz autorização específica para melhorias salariais para todas as categorias num reajuste único em três parcelas: a primeira com vigência em 2013; a segunda, em 2014; e a terceira, em 2015.

Toda LDO prevê também a margem de expansão das despesas de caráter continuado – um instrumento que também adéqua o Orçamento ao art. 17 da LRF. Assim, não há inconstitucionalidade nas leis de reestruturação de carreira, uma vez que, justamente exercendo sua função de fixar as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, a LDO para 2015 define um aumento igual a R\$ 698 milhões, dos quais R\$ 605 milhões são para despesa de pessoal.

2) Alegam que não havia prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal aos acréscimos decorrentes dela.

A Verdade

A LDO exige a existência de prévia dotação orçamentária para se conceder reajuste. O MPDFT/GDF alegam descumprimento desse dispositivo, todavia, essas alegações não foram demonstradas na ADI, o que por si só torna nulo o argumento.

No Orçamento do Distrito Federal há dotação orçamentária suficiente para quitar a Folha de Pagamento de 2015, inclusive com sobras no Orçamento do Distrito Federal para este exercício financeiro.

3) Alegam que não houve edição de lei específica para fixar ou alterar remuneração ou subsídio dos servidores públicos.

A Verdade

O limite prudencial não torna nenhuma lei inconstitucional. As providências a serem tomadas estão na própria LRF, mas a própria LRF determina que sejam cumpridas todas as leis das quais decorram aumentos salariais.

Além disso, o GDF já tomou duas medidas que normaliza a Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015: a antecipação em um mês do vencimento do IPVA e a postergação da quitação da Folha de Pagamentos.



Lideranças sindicais protocolam petição "amicus curiae" no TJDF. Cada entidade entrou com ação individual

LINHA DO TEMPO

TRAJETÓRIA DE LUTAS DOS(AS) PROFESSORES(AS)

OUTUBRO/NOVEMBRO - 2014

28/10 - Ato público dos aposentados. Licença-prêmio. (pecúnia)

18/11 - Ato público dos aposentados. Licença-prêmio. (pecúnia)

18/11 - Aposentados ocupam SEAP. 22h, de negociação.

DEZEMBRO - 2014

08/12 - Ato público. Atraso salário de novembro.

09/12 - Ato público. Atraso salário de novembro.

10/12 - GDF paga salário de novembro/2014.

19/12 - GDF paga acertos financeiros dos professores aposentados

22/12 - Mesa de negociação.

22/12 - Ato público. Atraso 13º e diferenças.

24/12 - Sinpro ingressa com ações judiciais

29/12 - Reunião com Agnelo. Participação da Saúde.

30/12 - Reunião com equipe de transição. Impede exercício findo do 13º.

JANEIRO - 2015

05/01 - Início das férias. GDF não paga abono.

07/01
GDF baixa novo calendário escolar. Prorroga férias para 19/1 e retira coordenadores pedagógicos do 1º bimestre letivo



FEVEREIRO - 2015

03/02 - 1º sessão legislativa de 2015. Sinpro promove panelaço na CL pela ARO

04/02 - Apitação na sessão ordinária da CL na Rodoviária

05/02 - GDF parcela salário e o 13º dos aniversariantes de janeiro

05/02 - GDF manobra e não permite votação da ARO

19/02 - Professores retornam das férias

23/02 - Assembleia com paralisação - 1º dia letivo -

23/02 a 27/02 - Suspensão das aulas

27/02 - Assembleia decide pelo retorno às atividades. GDF apresenta novo calendário de pagamento com paralisação

MARÇO - 2015

02/03 - Início das aulas

06/03 - Sinpro, CUT e demais sindicatos ingressam com petição "Amicus curiae" para intervir em ação do MPDFT

11/03 - Juiz admite intervenção do Sinpro na ADI que contesta reajustes

ABRIL - 2015

**ASSEMBLEIA
9 DE ABRIL
COM INDICATIVOS
DE GREVE**

PELO PAGAMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ATRASADOS E EM DEFESA DO PLANO DE CARREIRA DA CATEGORIA

08/01 - 5º dia útil de jan/2015. GDF não paga salário de dez/2014.

12/01 - Reunião do Sinpro-DF, SAE e CUT-Brasília com o governador Rodrigo Rollemberg

15/01 - GDF impõe parcelamento. Sinpro se retira. Saúde aceita parcelamento.

19/01 - Ato público. Rodoviários, FNL e categorias param Eixo Monumental. 30/01 - Arbitrariamente, o GDF paga 1ª parcela do um terço das férias da categoria

19/01 - CUT-Brasília instala acampamento na Praça do Buriti.

15/01 - Primeira rodada de negociação com Educação e Saúde.

16/01 - Data que marcou as 48 horas que anteciparam o início das férias, segundo o novo calendário. O GDF não paga o abono de férias pela segunda vez.

20/01 - Terceira rodada de negociação. Sinpro rejeita parcelamento. GDF aceita ARO.



**QUINTA 9H30
NA PRAÇA
DO BURITI**

**PLANO
DE CARREIRA**

*Eu só quero
o que é meu.
Eu lutei muito
por isso!*

PAUTA

- Tabela salarial - 5ª etapa
- ADI do MPDFT
- Atrasos nos pagamentos
- Eleição da comissão de base
- Coordenadores pedagógicos
- Recursos do PDAF

BERENICE D'ARC JACINTO COMENTA SETE PONTOS DO PNE

Nas edições anteriores do Quadro Negro, os diretores do Sinpro Luciana Custódio e Júlio Barros comentaram as 14 primeiras Metas do Projeto de Lei nº 8.035/2010, o Plano Nacional de Educação (PNE). Esta lei é constituída por 13 artigos, 20 metas e 254 estratégias que nortearão as políticas educacionais do país para os próximos dez anos.

Dando prosseguimento a esta discussão, as últimas sete metas do Plano Nacional de Educação são analisadas por Berenice D'Arc Jacinto, diretora de Políticas Educacionais do Sinpro. Para ela, "as Metas de 14 a 18 são as que apontam conquistas importantes para os trabalhadores em educação. Tratam da formação, qualificação e remuneração dos profissionais. A luta pela aprovação no PNE dessas metas foi marcada por manifestações arrojadas das e dos trabalhadores, pelo entendimento da importância da consolidação no plano, de políticas fundamentais para o tripé formação, carreira e condições de trabalho". Abaixo, os comentários da diretora sobre cada uma delas.



organização e adequação de conteúdos para a formação inicial e continuada".

META 16

"Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino".

Berenice: "O financiamento é fundamental. E ele é imprescindível na aplicação desses recursos para a ampliação dos espaços qualificados e estruturados, preferencialmente

públicos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) teve ações importantes, que possibilitaram o reconhecimento e a inserção dos funcionários, em todas as políticas de formação, remuneração e carreira".

META 17

"Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência do PNE".

META 18

"Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal". Berenice: "O alcance da meta 17 está intrinsecamente ligado às metas de formação e remuneração. O compromisso formalizado é de que, em seis anos, ocorram avanços na equiparação dos salários da educação, para com a média das carreiras de nível superior, tendo o piso nacional como principal referência

dessa política. E também, que seja realizada a aprovação de diretrizes para a construção de planos de carreira para os profissionais de educação, para a consolidação da política de valorização. Assim o PNE possibilita uma política propositiva de formação, remuneração e carreira".

META 19

"Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto".

Berenice: "Na perspectiva da ampliação da democracia, o Plano Nacional da Educação defende propostas que ampliam o conceito e a prática da gestão democrática nos sistemas de ensino. A construção de leis, que regulamentam a gestão democrática nos estados e municípios, será objeto da luta dos movimentos sociais organizados, principalmente o sindical. A gestão deve ser alicerçada nos princípios democráticos, radicalizando na participação social, através de instrumentos como fóruns, conselhos, plenárias e as assembleias escolares. Além de possibilitar a participação das representações sociais autônomas e indicadas pela sociedade civil, em espaços como no Conselho do Fundeb, da merenda escolar, dentre outros, possibilitando o fortalecimento dos mesmos, a partir da formação e autonomia".

META 20

"Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio".

Berenice: "Este é outro desafio dos(as) trabalhadores(as): a luta pelo financiamento, pela vinculação de mais verbas para a educação e a garantia da aplicação dos 10% do PIB. A regulamentação nos próximos 2 anos do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e a pressão pela aprovação de mecanismos e instrumentos de controle social das verbas da educação (como a Lei de Responsabilidade Educacional), serão instrumentos que podem assegurar a qualidade na educação básica.

As metas de 14 a 20 posicionam o que o PNE preconiza na sua essência. Qualidade e equidade, a gestão democrática da educação e valorização dos profissionais, com formação e planos de carreiras que possibilitem o alcance de melhores condições salariais e de trabalho. O desafio agora é a aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. No caso do DF, a luta se dará na pressão ao governo para o envio do documento DDE (construído democraticamente pelos vários atores da comunidade e sociedade organizada) para o Legislativo, para que ele passe pelo processo de debate e aprovação desse documento, que norteará a política educacional local nos próximos 10 anos".

"Esta meta, no contexto vigente, é de efetivo alcance social. Muito embora, devesse ser bem mais ousada".



META 14

"Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores".

Berenice: "Em relação à formação, a questão central é a construção de uma política nacional unificada, onde professores e os funcionários serão atendidos, mas tendo respeitadas as peculiaridades de cada processo de formação".

META 15

"Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam".

Berenice: "O diagnóstico de formação no Distrito Federal é positivo no que se relaciona à meta 15. A totalidade das e dos professoras que estão atuando em regência, têm graduação. E mais de 80% são especialistas. O desafio dos trabalhadores no DF será a luta por espaços de formação em latu e stricto sensu, com a participação nos processos de

GDF MANTÉM PDE ENGAVETADO

FÓRUM PEDE REFORÇO DOS DEPUTADOS PARA EXIGIR O ENVIO IMEDIATO DO PLANO À CLDF

O Fórum Distrital de Educação (FDE) irá reunir-se com a presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Celina Leão, e com o presidente da Comissão de Educação, deputado distrital Reginaldo Veras (PDT), para cobrar do Governo do Distrito Federal (GDF) o envio imediato do Plano Distrital de Educação

(PDE) para votação.

O PDE está emperrado no Palácio do Buriti desde junho de 2014. O governo anterior encerrou o mandato com o documento engavetado e, o novo, pediu vistas. Criou um grupo de trabalho para estudar o impacto no Orçamento. “Isso só protela o envio à CLDF”, declara Júlio Barros, representante do Sinpro-DF no FDE. Ele diz que a aplicação do

PDE no DF está com atraso de um ano.

Berenice D’Arc Jacinto, diretora de Políticas Educacionais e também representante do Sinpro-DF no FDE, explica que o Plano “é o que o DF quer para a educação no próximo decênio e aponta para metas de financiamento imprescindíveis para infraestrutura e pagamento do(a) trabalhador(a)”.

O PDE tem impacto real na educação porque formaliza o processo de educação desde a creche até o ensino superior e avança sobre o plano de carreira em curso. “Indica perspectivas para formação, redução de carga horária e, sobretudo, o local que o governo irá retirar recursos para financiá-la. O PNE indica os 10% do PIB e, o PDE, o PIB local”, explica Berenice.

O Plano é uma forma que a sociedade encontrou de retirar a educação das amarras da mercantilização e da precarização. “Com o PDE, o governo não poderá dizer que não tem dinheiro para financiar a educação”, esclarece a professora.

Todavia, para que isso saia do papel, precisa tornar-se projeto de lei e ser aprovado pela CLDF.



Berenice D'Arc, diretora de Políticas Educacionais, durante o debate do PDE na Conferência Distrital de Educação Paulo Freire

ANÁLISE DAS METAS

As Metas 16, 17, 18, 19 e 21 interferem diretamente na vida dos(as) trabalhadores(as) da educação. São ligadas à formação: graduação, pós-graduação, financiamento, carreira. Estabelecem que a carreira docente é de formação superior e delimitaram o período de 10 anos para essa formação. Dizem, em cada ano, quantos professores devem ser formados para atingir o seu objetivo. Apontam as metas e também como alcançá-las. Instituem uma carreira com perspectivas de melhorias salariais ao longo do magistério e como deverá ser garantido o financiamento para isso. O PDE é importante para a sociedade porque retira do campo das ideias e materializa na vida dos(as) estudantes um projeto de educação pública, gratuita, socialmente referenciada que atende à sociedade desde a creche até a universidade.

PLANO VAI ORIENTAR, ORGANIZAR E REGULAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Há muitos anos o Sinpro critica o GDF por não ter um plano orientador da educação. Além disso, no DF, havia projetos pedagógicos e leis para a educação em curso sem nenhum alinhamento entre elas.

Há três anos o Sinpro pesquisou a importância de um PDE que orientasse, organizasse e regulasse as políticas de educação.

Os governos de plantão

modificavam até as políticas que a categoria considerava importantes ou bem avaliada por entender que não interessava a eles. O movimento pela elaboração do PDE começou timidamente, no Sindicato, com os Ciclos de Debates, que culminaram com as plenárias e com a Conferência Paulo Freire de Educação do Sinpro, em 2012.

A conferência foi

o pontapé inicial para formalizar a construção do PDE. Definiu os temas imprescindíveis, como financiamento, creches e educação infantil, concepção de ensino médio, política pedagógica, gestão democrática, entre outras.

“Queríamos aproveitar o momento de maior democracia para referendar o PDE”, lembra Berenice. No tema financiamento,

discutiu-se política salarial, financiamento da estrutura, condições de trabalho e o eixo do plano de carreira: salário, formação e condições de trabalho.

Após isso, o Congresso de Educação, também em 2012, lançou o PDE oficialmente. Com o CONAE, houve pressão para o GDF construir o Plano e o governo criou um Grupo de Trabalho (GT) para começar a elaboração

do PDE. “Cobramos do GDF que usasse os espaços formais para essa discussão”, conta a Berenice.

No FDE, a elaboração do PDE aprofundou o debate. Foi discutido por temas, sempre considerando as especificidades do DF, contudo referenciados ao Plano Nacional de Educação (PNE) que, na época, estava em fase de votação no Congresso Nacional.

PETROBRAS: AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO É ATAQUE À SOCIEDADE BRASILEIRA

CORRUPÇÃO EM ESTATAIS NÃO SÃO PRERROGATIVAS DO BRASIL, COMO TENTA FAZER CRER A "GRANDE MÍDIA"

Para punir pessoas envolvidas em tais casos existe todo um aparato policial e jurídico para dar conta do recado. No caso brasileiro, ainda está se desenrolando a Operação Lava Jato - deflagrada em março de 2014 e que investiga a lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos.

Passar tudo isso a limpo não será fácil, mas necessário, principalmente quando o futuro da Petrobras está em jogo.

O grande problema é que, com as apurações em torno das irregularidades na empresa, ressurgem discursos voltados a disseminar uma velha ideia: a privatização da estatal brasileira.

Desta vez, o recém-eleito senador José Serra (PSDB-SP) defendeu, em entrevista publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que o patrimônio seja "vendido, concedido ou extinto".

O tucano propõe uma revisão no modelo de concessão do pré-sal, ao defender que a Petrobras não tenha

participação em todos os poços sob exploração.

A Petrobrax de FHC

Na época do FHC, governo e base aliada trabalhavam com a ideia de privatizar a Petrobras em conjunto o tempo todo. Tentaram transformar a estatal em algo mais atraente aos empresários internacionais, inclusive trocando o nome da petroleira para Petrobrax.

Há fotos de José Serra com a camisa da Petrobrax. Literalmente, eles vestiram a camisa. Mas não deu certo, pois o povo brasileiro se revoltou.

À época, a revista *Veja* publicou uma matéria de dez páginas inteiras com uma quantidade enorme de calúnia e difamação contra a Petrobras. O objetivo era criar junto aos parlamentares a ideia de que "não dá mais, isso já era, é atrasado, só dá prejuízo".

FOI UMA VITÓRIA NÃO TER DEIXADO PRIVATIZÁ-LA

É fundamental agora intensificar manifestações contra a enxurrada de difamações para entregar o patrimônio público para a especulação.

Atos como os que ocorreram no Rio de Janeiro e em Brasília - com a participação do Sinpro -, nos dias 24 e 25 de fevereiro, devem se multiplicar.

Manifesto dos petroleiros revelou que as denúncias de corrupção têm "servido a uma campanha de desmoralização da Petrobras, com reflexos sobre o setor de óleo e gás, responsável por investimentos e geração de empregos, a qual prejudicou a empresa e o setor em escala muito superior aos desvios

investigados. Defendemos a punição dos corruptos e corruptores, mas o que está por trás dos ataques são interesses pela desclassificação da empresa", diz a nota.

"Mesmo nessa crise, conseguimos aumentar a produção, pois nosso corpo técnico é competente". A Petrobras está quebrando recordes de produção, mas há segmentos afirmando que ela não tem competência para atuar no pré-sal, produzir e que precisa ser privatizada".

A discussão está posta e os trabalhadores já escolheram de que lado ficarão.



MOTIVOS PARA SER CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

- 1 - Pré-sal** - A privatização quebra o Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a destinação de 10% do PIB do país para Educação e Saúde. Parte desses recursos virá dos royalties do pré-sal.
- 2 - Soberania Nacional** - Ao privatizar, o Estado perde soberania, pois entrega ao capital externo o controle e o lucro.
- 3 - Roubo** - O Estado entrega à iniciativa privada uma empresa construída com dinheiro público. Ou seja, o trabalhador paga com seus impostos para que o Estado invista em determinada empresa e depois a vende à iniciativa privada. Logo, dinheiro público é usado para enriquecer empresários.
- 4 - Desemprego** - As privatizações causam desemprego.
- 5 - Finalidade** - A empresa privada não tem o objetivo de prestar um bom serviço público, o objetivo dela é gerar lucro para empresários.
- 6 - Fuga de capitais** - Grupos estrangeiros passam a comprar as empresas estatais e a repassar ao exterior os lucros do trabalho do brasileiro.
- 7 - Crise** - As crises do capitalismo são cíclicas. Logo, quando o Estado controla determinada atividade, existe mais segurança de que ela será cumprida e não será abalada por crises.
- 8 - O petróleo é nosso** - A Petrobras investe milhões em pesquisas, esporte, cultura e outras áreas. Se for privatizada, todo esse investimento será destinado apenas a atividades especulativas.
- 9 - Pioneira** - Nos anos 1980, a Petrobras aceitou o desafio de explorar petróleo abaixo de 500 metros, feito não conseguido por nenhuma outra companhia. Ousado, o Brasil desenvolveu, com profissionais formados em universidades públicas, a tecnologia que a permitiu explorar águas até mil metros. Hoje, ela tem a mais avançada tecnologia em exploração e extração de petróleo. Nem mesmo a Exxon, Chevron e Shell têm tecnologia semelhante a nossa. Privatizar a Petrobrás é dar de bandeja ao mercado privado tecnologias e patrimônios conseguidos pelos brasileiros.
- 10 - Tecnologia** - Companhias petrolíferas contratam empresas independentes para criar tecnologia. Logo, privatizar pouco ou nada iria mitigar os gargalos tecnológicos do setor petrolífero.



FEMINICÍDIO AGORA É CRIME HEDIONDO

LEI MARCA NOVA FASE DA HISTÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS, COM MAIS PROTEÇÃO

A tarde do dia 9 de março deste ano se tornou um marco na história social e jurídica brasileira. A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Femicídio (Lei nº 8.305/2014) que introduz no Código Penal e agrava a pena de homicídios cometidos contra mulheres por qualquer motivo relacionado à

discriminação de gênero.

Eliceuda França, Neliane Cunha e Vilmara Carmo, diretoras da Secretaria de Mulheres, e Iolanda Rocha, da Secretaria de Políticas Sociais representaram o Sinpro-DF na cerimônia de sanção.

Eliceuda França, também secretária de Mulher da CUT Brasília, lembra que “apesar da Lei Maria da

Penha, uma grande conquista nossa, muitos homens ainda assassinam mulheres por motivos diversos. A Lei do Femicídio vem para tipificar esse crime e frear todo tipo de conduta violenta contra a mulher, bem como punir com rigor assassinatos por questão de gênero”, afirma.

Ela diz que a sanção é resultado do trabalho da

CUT em defesa das mulheres nesses 30 anos. “A CUT sempre lutou pelos direitos das mulheres e sempre pautou a violência contra a mulher. Essa organização se somou a outros movimentos feministas, gerando pressão sobre o Congresso Nacional”, diz. “Não descansaremos enquanto não virmos essa lei cumprida.

PROFESSORAS FLÁVIA INÁCIO E GINA VIEIRA RECEBEM PREMIAÇÃO NACIONAL

O ano de 2014 terminou de uma maneira especial para duas professoras. Elas tiveram seus projetos vencedores no 8º Prêmio Professores do Brasil. Gina Vieira Ponte de Albuquerque (do CEF 12 de Ceilândia) –, com o Projeto Mulheres Inspiradoras, e Flávia Felipe Inácio (do CEMEIT – Taguatinga), criadora do Cineclubismo, Cultura e Educação.

Mulheres Inspiradoras – O projeto foi motivado e inspirado na Revista Sinpro Mulher e está no Quadro Negro, Edição 191.

Cineclubismo, Cultura e Educação – Vencedor da categoria Ensino Médio, é desenvolvido desde 2010. O tema central é a sétima arte. A hostilidade contra minorias e a evasão de gays e deficientes inspiraram Flávia a projetar filmes nas aulas de sociologia e a debater sobre eles. Criou o cineclubismo com sessões organizadas pelos estudantes, abertas à comunidade. O resultado foi a diminuição da violência e da evasão.

SINPRO COMEMORA 8 DE MARÇO NO TAGUAPARQUE A ATIVIDADE TRABALHOU O DIA INTERNACIONAL DA MULHER COMO DATA PARA REFLEXÃO DA LUTA DAS MULHERES

Uma brincadeira de roda e outras atividades lúdicas, com distribuição da cartilha sobre a Lei Maria da Penha e das revistas Sinpro Mulher e Matria (da CNTE), marcaram as comemorações do Dia Internacional da Mulher Sinpro. A atividade foi realizada no Taguaparque.

“O entendimento do Sinpro é o de que o espaço

das mulheres trabalhadoras da educação está muito

além da sala de aula e da própria casa. O nosso

espaço é na rua, na política, na transformação para essa

justiça social que queremos”, disse Vilmara Carmo, uma das diretoras da Secretaria de Mulheres.

“O espaço da mulher é onde ela quiser”, completou Neliane Cunha. Ela disse que o evento no Taguaparque “foi realizado na gostosa manhã do 8 de março, com atividades de alongamento, debates, ciranda, cultura popular e outras coisas”,



Atividade lúdica no Taguaparque

Sinpro comemora 36 anos de **Lutas e Conquistas**

EM MAIS DE TRÊS DÉCADAS DE HISTÓRIA O SINDICATO SE CONSOLIDOU COMO ENTIDADE DE CLASSE E LUTA DOS DIREITOS DOS(CAS) PROFESSORES(CAS)



Eu faço parte desta história

“São 36 anos de muita luta, debates, discussões e muitas vitórias. Este é, com certeza, um dos maiores sindicatos do Brasil, muito por conta da consciência política da categoria. Creio que a assembleia no primeiro dia de aula foi grandiosa e inédita na história, não só pela quantidade das pessoas presentes, mas pelo movimento construído pelas redes sociais. Isto deixa nítida a força desta categoria.”

Robson José Ribeiro,
vice-diretor da Escola Classe Vila Buritis.

“Entrei na Secretaria de Educação em 2008, em um momento crítico da educação. Pouco mais de um mês entrei em greve e senti a força do Sindicato no sentido de tirar os temores da categoria. É um sindicato forte e atuante e senti a articulação desta entidade. Fora a questão da luta sindical, o Sinpro promove os professores e a educação com concursos de redação, a corrida, shows e demais atividades que promovem o bem estar da categoria.”

Railson Silva Lima Ribeiro,
professor de Atividades da Escola Classe Vila Buritis, do Recanto das Emas.

Há 36 anos, a luta em defesa de uma educação de qualidade, por melhores condições de trabalho e de benefícios para os professores e professoras deu origem ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF). No dia 14 de março de 1979, a Associação Profissional dos Professores do DF se transformava em uma das entidades de classe mais importantes do país.

Ao longo destes 36 anos, o Sinpro esteve à frente de aproximadamente 20 greves, diversas paralisações de advertência, atos públicos, passeatas, vigílias, pannels e outras manifestações. Todas elas tiveram como

objetivo a luta contra a perda de direitos, contra a visão neoliberal do Estado mínimo, a flexibilização da legislação trabalhista e por melhorias salariais para a categoria.

O Sinpro se consolidou como entidade de classe e de luta, engajando-se em todas as batalhas por igualdade, respeito e solidariedade que mobilizaram a sociedade. A Lei de Gestão Democrática; o reajuste salarial da categoria; a redemocratização, uma nova Constituição que deu mais liberdade à livre organização dos trabalhadores; percentuais de reajuste; criação ou incorporação de gratificações; a paridade entre ativos e inativos; o Plano de Carreira e cada item de nosso contracheque, tudo isso é fruto dessas lutas.

De 5.485 filiados, no primeiro ano de nossa história,

passamos, hoje, a mais de 35 mil sindicalizados, um dos mais altos percentuais de sindicalização do país. Toda a história, as conquistas e a força do Sinpro foram construídas pela categoria, que faz o dinamismo da sua entidade, que a torna viva e atuante. O Sinpro busca também atender aos anseios da sociedade brasileira, que almeja um ensino público de qualidade. Por isso o Sindicato cobra investimentos do governo e valorização do(a) professor(a) e da escola pública. Por isto a importância do engajamento de categoria nas lutas. Parabéns aos(as) que não desistiram da luta e construíram a história desta entidade.



Eu faço parte desta história

“O Sinpro foi e continua sendo um importante instrumento de luta dos professores por suas reivindicações, e dos alunos e da população em geral pelos seus direitos de cidadania. Valorizar e respeitar o Sindicato é valorizar uma história de luta e de dignidade.”

Lúcia Iwanow,
uma das fundadoras do Sinpro.

“O Sindicato representa a luta pela garantia dos nossos direitos. Sem o Sinpro, sem esta representação sindical, não temos poder de barganha e a luta seria pulverizada. Vejo que esta entidade contribui muito para os avanços nas conquistas da categoria.”

Lúcia Sanctis,
orientadora educacional.

“Sou sindicalizada há quase 16 anos, participei de várias batalhas e o Sinpro tem uma participação direta e efetiva nas conquistas alcançadas pela categoria. Espero que nos próximos anos o Sinpro continue representando os professores na luta pelas conquistas que ainda virão.”

Itami Luiz de Lima,
professora de Atividades de CEF 206 do Recanto das Emas.



Nesta segunda edição, o Sinpro-DF manteve a disputa no Parque da Cidade com percursos de 5km (caminhada) e 10km (corrida). Com cerca de dois mil participantes inscritos, a corrida foi mais uma ação do Sindicato em defesa dos pagamentos atrasados e do plano de carreira. O Sinpro inicia o ano com calendário de atividades para 2015 que possa trazer conquistas e valorização para os(as) professores(as).

